

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 04/04/2022 | Edição: 64 | Seção: 1 | Página: 12

Órgão: Ministério das Comunicações/Secretaria de Telecomunicações

RESOLUÇÃO CGF Nº 148, DE 1º DE ABRIL DE 2022

Dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, de que trata o art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES – CGF, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VII do art. 3º da Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2020, pelos incisos VI e VIII do art. 5º do Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001, pelos incisos VII e IX do art. 6º do Anexo I da Resolução nº 119, de 29 de outubro de 2018 e considerando o disposto no art. 8º c/c inciso V do art. 14 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

~~Art. 1º Alterar o Anexo à Resolução nº 95, de 20 de março de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:~~

~~"Art. 10~~

~~Parágrafo único. Serão inscritas no CADIN as dívidas iguais ou superiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme determina o inciso III do art. 1º da Portaria nº 685, de 14 de setembro de 2006, da Secretaria do Tesouro Nacional." (NR)~~

~~"Art. 14 O processo administrativo fiscal será regido pelo disposto neste Capítulo, observadas as normas que regem o processo eletrônico no âmbito do Ministério das Comunicações, bem como, subsidiariamente, as disposições do Decreto nº 70.235, de 1972 e da Lei nº 9.784, de 1999.~~

~~Parágrafo único. Todos os atos processuais, incluindo notificações, intimações e apresentação de requerimentos, recursos e impugnações serão efetuados por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI." (NR)~~

~~"Art. 19~~

~~Parágrafo único. A impugnação instaura a fase litigiosa do procedimento e deverá ser protocolada por meio eletrônico." (NR)~~

~~"Art. 22 A constituição de procurador deverá ser efetuada por meio eletrônico.~~

~~§ 1º As procurações eletrônicas concedidas na forma do caput terão validade restrita ao âmbito do Ministério das Comunicações, e não conferirão quaisquer poderes ao outorgado fora dessa esfera.~~

~~§ 2º São considerados válidos e vinculam o outorgante, para todos os efeitos legais, os atos praticados pelo outorgado em razão dos poderes conferidos por meio de procuração eletrônica, inclusive no caso de subestabelecimento." (NR)~~

~~"Art. 23 A intimação será efetuada, preferencialmente, por meio eletrônico, com prova de recebimento pelo sujeito passivo, de forma a assegurar a certeza da ciência do interessado, em observância ao disposto no § 3º do art. 26 da Lei nº 9.784, de 1999.~~

~~§ 1º Na impossibilidade de intimação por meio eletrônico ou na ausência de prova de recebimento pelo sujeito passivo, a intimação será realizada pela via postal, por meio de carta com aviso de recebimento.~~

~~§ 2º Restando infrutífera a intimação nas formas previstas no caput e no § 1º, será realizada a intimação por edital publicado uma única vez, em órgão da imprensa oficial da União, e divulgado na página do Funttel no portal oficial do governo federal;~~

~~§ 3º Considera-se realizada a intimação:~~

~~I — se por meio eletrônico, na data em que o sujeito passivo efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação ou quinze dias após a data de sua expedição, o que ocorrer primeiro;~~

~~II — se por via postal, na data do recebimento da notificação conforme indicado no Aviso de Recebimento; ou~~

~~III — se por edital, quinze dias após a sua publicação em órgão da imprensa oficial." (NR)~~

~~"Capítulo X~~

~~Do procedimento para vista dos processos administrativos~~

~~Art. 53. Durante a instrução do processo administrativo fiscal, será concedida vista dos autos aos representantes legais das partes ou aos seus procuradores, mediante solicitação por meio de peticionamento eletrônico." (NR)~~

~~"Art. 54. Para ter acesso aos autos na forma do caput do art. 53, bem como para formular pedido de restituição ou compensação e solicitar as certidões referidas no Capítulo IX, os representantes legais ou os procuradores das partes deverão apresentar documento de identificação, bem como:~~

~~I — atos constitutivos da empresa e suas alterações; e~~

~~II — procuração conferida por meio eletrônico;~~

~~....." (NR) (revogado pela Resolução CGF nº 170, de 2 de outubro de 2024)~~

~~Art. 2º Ficam revogadas:~~

~~I – a Resolução nº 4, de 17 de agosto de 2001;~~

~~II – a Resolução nº 53, de 23 de outubro de 2008;~~

~~III – a Resolução nº 97, de 16 de setembro de 2013;~~

~~IV – Resolução nº 105, de 5 de maio de 2015;~~

~~V – a Resolução nº 130, de 12 de dezembro de 2019;~~

~~VI – a Resolução nº 131, de 12 de dezembro de 2019;~~

~~VII – a Resolução nº 132, de 12 de dezembro de 2019;~~

~~VIII – a Resolução nº 134, de 12 de junho de 2020; e~~

~~IX – a Resolução nº 135, de 12 de junho de 2020.~~

~~Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.~~

PEDRO LUCAS DA CRUZ PEREIRA ARAÚJO

Presidente do Conselho